

# Estudo Técnico Preliminar 43/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-723.641/2024-76

## 2. Descrição da necessidade

**Serviço de mão de obra terceirizada para posto de Marinheiro, com fornecimento de material**, pelo prazo de 12 meses, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para as unidades da Receita Federal no **Pará**. O posto de trabalho desejado é para faxineiro, conforme descrição sumária a seguir, baseada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO:

- **Marinheiro de Máquina (CBO 7827-10) e Marinheiro Fluvial de Convés (CBO 7827-05)** para comandar e imediar pequenas embarcações, auxiliando o comandante na administração de bordo e no serviço de manobras; chefiar praça de máquinas; transportar cargas e passageiros; realizar manobras, serviços e manutenção no convés; operar máquinas; realizar manutenção preventiva e corretiva da praça de máquinas e aplicar procedimentos de segurança.

CATSER 5380 - Prestação de Serviços de Apoio Administrativo

O serviço de marinheiro é importante para apoio e suporte às atividades finalísticas do órgão, permitindo aos servidores atuarem de forma mais ágil, eficiente e segura. Os cargos públicos da Administração não abrangem essa atividade, que tem natureza continuada e é preferencialmente terceirizada, a teor do Anexo I da Lei nº 9.632/1998, art. 3-§1º do Decreto nº 9.507/2018, e art. 1-§ único da Portaria MP 443/2018. Assim, deve-se contratar empresa especializada para tais fins.

Lei nº 9.632/1998. Art. 2º **As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.**

Decreto 9.507/2018. Art. 3º **Não serão objeto de execução indireta** na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a **tomada de decisão** ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; II - que sejam considerados **estratégicos** para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao **poder de polícia, de regulação**, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. § 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os

incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, **vedada a transferência de responsabilidade** para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Portaria MP 443/2018. Art. 1º (...) Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIREP/SRRF02	Ataniel Jose Mendes dos Santos

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços terceirizados aqui analisados têm natureza continuada e sua prestação exige regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Não se identifica necessidade relevante para promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas. Será adotada vigência tradicional de 12 meses.

#### Requisitos técnicos comuns

A leitura da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e de Editais de mão de obra em geral permitem identificar alguns requisitos desejáveis, conforme segue:

I) A Contratada deverá prestar as atividades continuadas típicas do serviço, por intermédio de profissional que apresente as competências pessoais típicas do serviço, conforme descrito no Relatório Tabela de Atividades e no relatório de competências pessoais do respectivo código da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, os quais seguem anexo e integram este certame.

II) O profissional que ocupar o posto de trabalho deverá ter: a) experiência profissional; b) boa apresentação, discrição e iniciativa; e c) boa dicção, polidez no trato com o público e colegas de trabalho.

III) O profissional que ocupar o posto de trabalho NÃO poder ter: a) idade inferior a 18 anos; nem b) parentesco com nenhum ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Receita Federal da 2ª Região Fiscal ou suas unidades jurisdicionadas (Decreto nº 7.203).

IV) A Contratada deverá orientar e instruir o ocupante do posto de serviço sobre a necessidade de: 1. evitar o uso de telefone para assuntos pessoais durante o horário de expediente; 2. prestar o serviço de forma adequada, sem nenhuma anormalidade que comprometa as atividades da Administração; 3. comparecer ao trabalho sempre uniformizado e com aparência pessoal adequada; 4. zelar pela satisfação dos servidores e do público em geral em relação aos serviços prestados, corrigindo eventuais queixas; 5. se manter sempre presente nos horários predeterminados pela Administração; 6. se portar de forma adequada, sem cometer falta disciplinar; 7. comunicar a CONTRATANTE caso

eventualmente sua remuneração não venha a ser paga pela CONTRATADA nos prazos e valores pactuados; 8. respeitar o sigilo das informações obtidas na execução dos serviços, e 9. cultivar hábitos de limpeza pessoal e do ambiente de trabalho.

V) O local de prestação de serviços para todos os postos será principalmente na sede da administração, conforme endereço constante em anexo próprio. Porém, o serviço poderá ser eventualmente prestado em local diverso, sempre à serviço da administração, em casos devidamente justificados, a exemplo de palestras e eventos, formação de CAC em ambiente externo, operações especiais de mercadorias apreendidas, fazer cotações, buscar documentos, realizar desembarços em outros órgãos, etc.

## **5. Levantamento de Mercado**

Considerando o item 3.5 do Anexo III da IN-05/2017, informa-se que a opção de contratação de mão de obra terceirizada segue padrão institucional, fixado em outros processos da Receita Federal. O objeto da licitação está descrito de forma genérica (nome simples da função e código CBO) e, portanto, não tende a restringir ou limitar a participação de empresas no certame.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A descrição dos serviços terceirizados segue o princípio da padronização, considerada a compatibilidade estética, técnica e de desempenho. Não foi possível usar o Catálogo Eletrônico de Padronização, pois o padrão para este objeto ainda não está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. O objeto se refere a atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares para apoio e manutenção de assuntos que constituem área de competência legal deste órgão.

As obrigações das contratadas serão as genéricas da minuta padrão da PGFN, bem como aquelas específicas adicionais extraídas da descrição CBO e dos contratos vigentes. Não será permitido que o terceirizado execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas. O endereço dos locais de prestação de serviços está descrito em Anexo próprio.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

O documento de demanda solicita 06 postos de Marinheiro, sendo 04 de máquinas e 02 de convés.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 717.500,72

A pesquisa de preços está apresentada em relatório próprio, que cumpre integralmente a IN 65/2021. O custo mensal estimado de cada tipo de posto está calculado na planilha de custos anexa ao Edital, e o valor financeiro final está resumido na tabela a seguir.

Tabela 1: Valor final estimado

Posto	CBO	Qtde de postos	Valor unitário mensal	Valor Anual
Marinheiro de Máquina - com função	7827-10	2	10.619,53	254.868,76
Marinheiro de Máquina - sem função	7827-10	2	9.638,17	231.315,98
Marinheiro Fluvial de Convés - sem função	7827-05	2	9.638,17	231.315,98
Total		6	59.791,73	717.500,72

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será organizada em item único para todo Estado, para que todos os serviços estaduais fiquem vinculados a um único contrato e um único fornecedor, em respeito ao princípio da economicidade, para ter economia de escala e obter menor preço de contratação. Caso contrário, seriam diversos contratos e fornecedores para gerir, causando retrabalho e sobrecarga para o reduzido número de servidores na atividade-meio.

Considerando o agrupamento em lote único, o valor do lote ultrapassa o limite de R\$ 80 mil e, portanto, toda a licitação deverá ser “ABERTA” para qualquer empresa em todos os itens, nos termos da Lei Complementar 123/2006, art. 48-I.

Lei Complementar 123/2006. Art. 48 (...) I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A administração possui outros contratos de serviços terceirizados, anteriores à Portaria de Regionalização, SRRF02 n. 233/23.

### Melhorias

Serão usados parâmetros de inexecuibilidade aprovados nos últimos certames: a) se a proposta vencedora contiver taxa lucro abaixo do ponto de alerta (menor que 50% do orçado) poderá ser aberta diligência para comprovar existência de contrato firmado com taxa menor ou igual e cuja execução seja declarada satisfatória pelo contratante.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa despesa continuada está devidamente contemplado no Plano Anual de Contratações 2024, conforme comprovante anexado no processo.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os serviços terceirizados aqui descritos fornecerão apoio e suporte às atividades finalísticas, permitindo aos servidores atuar de forma mais ágil, eficiente e segura.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica. As rotinas para fiscalizar e atestar serviços terceirizados em geral já estão institucionalizados e não há necessidade de adequação relevante.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Existem critérios de sustentabilidade relevantes padronizados para este serviço, conforme página 14 do Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF.

Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF

p 14: (...) preferencialmente com mão de obra local;

## 15. TÓPICOS ADICIONAIS

### A. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

A legislação orienta adotar o SRP sempre que pertinente, o que não se aplica no presente caso, pelo qual o pregão será feito na modalidade tradicional.

Lei 14.133/2021. Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; II - **processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;**

Decreto 7.892/13. Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

## B. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DISPUTA DE PREÇOS

A seleção do fornecedor será pelo critério de menor preço e a disputa de preços será no modo “aberto”. Conforme outras licitações do mesmo objeto, o modo “aberto” sempre permitiu disputa de preços satisfatória. Optou-se pela divulgação prévia das estimativas de custos para orientar participação das empresas e tentar evitar propostas manifestamente inexequíveis.

## C. MODELO DE GESTÃO, EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O serviço será medido mediante Instrumento de Medição de Resultados – IMR focado nas obrigações trabalhistas e o pagamento será feito mediante Conta Vinculada, por ser mais simples e eficiente do que a alternativa de Fato Gerador, vide consulta jurídica no e-processo 10240-722.787/2022-17.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de serviço terceirizado comum. A pesquisa de preços segue a mesma metodologia usada em outros pregões desta UASG e está amparada em registros do Portal de Compras. O Edital e o Termo de Referência seguem a minuta da PGFN, o padrão de certames anteriores e as descrições de CBO. Há dotação orçamentária e autorização da autoridade competente.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO AMORIM ANTUNES**

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 15:45:29.



## Ministério da Fazenda

### PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

#### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 08/05/2024 15:46:46 por Gustavo Amorim Antunes.

Documento assinado digitalmente em 08/05/2024 15:46:46 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 03/06/2024.

#### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP03.0624.13499.FIBC**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**208FE992FFA96874B63E35CE27089C90257E5A702E0F6B34D6C4B6D2E3E96070**